

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de junho. -----

-----Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois (quinta-feira) pelas dezasseis horas, teve lugar no auditório da Casa Municipal da Cultura, a sessão ordinária, com a seguinte ordem do dia: --

Ordem do Dia:

1. Período antes da Ordem do Dia-----

Ordem do Dia:

2. Período antes da Ordem do Dia-----

1.1.-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior; -----

1.2.-Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente. ----

1.3.-Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local. -----

3. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

3. Propostas da Câmara Municipal: -----

3.1. Apresentação e conhecimento da proposta de “Alteração por adaptação e entrada em vigor de leis (artigo 121.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio)”- PDM. -----

3.2. Apresentação e conhecimento da proposta de “Três alterações ao PDM por correção material de acordo com o artigo 122.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio”. -----

3.3. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Declaração de reconhecimento do interesse Municipal para as populações e a economia local do projeto “Promoção e Valorização do Património Cultural e Imaterial da Aldeia da Picha, o Pinheiro-Bravo, a Resina o Resineiro: Rota da Picha e do Resineiro”. -----

3.4. Apresentação, apreciação e votação da proposta da “3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano”. -----

3.5. Apresentação, apreciação e votação da proposta “para apreciação e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Pedrogão Grande, relativos ao ano 2021”. -----

3.6. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Reafecção da Finalidade do contrato de crédito a Médio/longo prazo inicialmente contratualizado para o financiamento do programa integrado de valorização turística da Albufeira do Cabril”. -----

4. Intervenção do Público. -----

*

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto”. -----

-----As ausências foram justificadas pelos membros da Assembleia Municipal senhores Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**; Dr.ª **Susana Alexandra Dias José** e D. **Maria de Fátima Simões Neves**, substituídos respetivamente pelos membros, Dr.ª. **Mafalda Inês David Coelho**; Sr. **Fernando Manuel Tomé Amaro**, Secretário da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, em substituição da Presidente da referida Junta de Freguesia, que tomou posse e fez o respetivo juramento. -----

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia** Presidente da Assembleia Municipal que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal senhor Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, como Primeiro Secretário e pelo

membro da Assembleia Municipal senhor **Armínio David Fernandes** como Segundo Secretário em substituição e a convite do senhor Presidente da Assembleia Municipal, após o membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, que é o membro seguinte na ordem dos eleitos da Assembleia Municipal, ter informado que prescindia da sua posição na Mesa.-----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-presidente Dr. **Luís Filipe Jesus Correia**; Vereadores senhora Eng^a. **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues** e o senhor **Luís Manuel Piedade David**. -----

-----Confirmada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl José Piedade Baptista Garcia**, deu início à **sessão ordinária** da Assembleia Municipal. -----

*

-----Ponto um- **“Período antes da Ordem do Dia”** -----

*

-----1.1. **-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior.** -----

-----Usando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, começou por questionar se todos os membros da Assembleia Municipal, tinham rececionado a ata nº 5 de 29 de abril e se pretendiam a leitura da mesma em voz alta, ou se tinham algo a acrescentar. -----

-----Seguidamente colocou a votação a **ata número cinco** de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois e deste modo foi **aprovada por maioria, com uma abstenção**. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto 1.2.-**“Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente”**, referiu que a correspondência foi remetida aos membros da Assembleia Municipal por correio eletrónico. -----

*

1.3.- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.** -----

-----Neste ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos: **Sr. José Henriques; Sr. Fernando Amaro; Sr. Custódio Rosa; Ricardo Simões; Prof. António David; Dr. José Miguel Barão; Dr. Rui Capitão; Dr.^a Margarida Guedes; Dr. António Figueira; Professor António David, Dr.^a. Mafalda Coelho; Eng.^o Luís Crespo; Dr. Ulisses Quevedo; Dr. Ricardo Simões, Sr. Américo Rocha.** -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, senhor José Henriques**, começou por referir a falta de médico no concelho e questionou o que está a ser feito para que as extensões de saúde de Graça e Vila Facaia e os utentes não sejam prejudicados. Salientou a idade avançada da maior parte dos munícipes e os problemas que os assolam, nomeadamente de locomoção tanto a nível pessoal, como de transportes para outros locais, inclusivamente para a sede de concelho. -----

-----**O Secretário da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande senhor Fernando Amaro**, em substituição da Sr^a Presidente, começou por referir que vários munícipes têm questionado, de qual o ponto de situação da ALE- Área de Localização Empresarial. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Graça senhor Custódio Rosa**, começou a sua intervenção também por referir a falta de médico e os problemas que daí advêm. Referiu-se ao médico de família alocado nas freguesias de Graça e de Vila Facaia, que ultimamente se têm de deslocar para a sede do concelho, pelo que aquelas freguesias ficam com déficit de assistência, inclusivamente a sua freguesia apenas fica com um dia por semana com consultas. Considerou, pois, que será muito pouco para satisfazer as necessidades primárias dos utentes, dado que a maior parte são de idade avançada, inclusivamente há os que se deslocam a pé, outros há que o fazem de transporte, mas que efetivamente será mais penoso terem que se deslocar à sede do concelho. Chamou ainda a atenção para o período de férias que se aproxima e conseqüentemente salientou, o agravamento do problema. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ricardo Simões** iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações relativamente à falta de médico, à desertificação do concelho, onde cada vez mais se nota que os jovens partem à procura de outras oportunidades e a população está cada vez mais envelhecida. Alertou deste modo para que a “Saúde” seja tida em atenção, não só a ausência da mesma, mas que efetivamente sejam proporcionados meios que satisfaçam essas carências inerentes à idade.

-----Questionou de seguida quais os apoios que estão a ser implementados, ponderados, relativamente à natalidade, à fixação de população tanto dos que residem no concelho, como dos que estão a chegar. ---

----- Questionou pois, quais as medidas que podem ser implementadas ou até mesmo o que já está a ser feito para fixação de maior frequência das crianças no jardim-escola. -----

-----Disse ainda estar a atravessar-se a época sazonal de incêndios, pelo que questiona qual o ponto de situação relativamente às limpezas, aceiros, bermas e criação de novos caminhos florestais. -----

---- A terminar a sua intervenção, colocou a questão se o comandante dos Bombeiros Voluntários senhor Augusto Arnauth, que está a ser julgado por danos causados no incendio de 2017, se está a ter o apoio necessário, por parte da Autarquia. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Professor António David**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e prosseguiu realçando alguns aspetos nomeadamente os trabalhos efetuados nas rampas de acesso ao rio, estarem a decorrer com uma certa lentidão, tanto mais estar-se em época balnear e questiona para quando a conclusão dos mesmos. -----

-----Prosseguiu dizendo estar agradado que depois de anos de pandemia, se realizem de novo as festas de verão. Mais referiu que, esse e outros eventos, deveriam estar explanados na página do Município e que considerou estar aquela desatualizada. -----

-----Referiu-se ao estado degradante que se encontra a vila de Pedrógão Grande, nomeadamente junto às escolas pois as ervas crescem descontroladas e ainda aos atos de vandalismo nos espaços desportivos. -----

-----Em relação à ALE- área de localização empresarial, questionou quando é que se prevê o concurso, tanto mais já ter vindo em sessões anteriores, a esta Assembleia Municipal. Referiu o tempo estar a passar, as árvores a crescer e que inclusivamente dariam um corte ainda, antes da abertura do concurso. -----

-----Disse ter sido alterada a ordem de trabalhos em sessão anterior, com a inclusão do ponto- “Conselho Municipal da Juventude” e se havia tanta urgência, o porquê de ainda não ter voltado de novo, às sessões desta Assembleia Municipal. -----

-----Ainda e em relação ao Restaurante “Lago Verde”, questionou qual o ponto de situação. Disse ter o senhor Presidente da Camara informado anteriormente, que iria ser posto a concurso ainda este verão e se está efetivamente a ser tratado. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e abordando algumas questões de interesse local. -----

----A primeira tem a ver com a circulação automóvel e pedonal no centro histórico a Vila de Pedrógão Grande e nessa medida dar conta de três situações, que deixa à consideração e apreciação do Executivo

Municipal e à Comissão Municipal de Trânsito, que poderão assim tornar a circulação automóvel mais racional por um lado, e a circulação pedonal mais aprazível por outro. -----

---- De seguida passou a explicar a matéria, sendo que a primeira situação seria na Rua da Nogueira, que passa ao lado da Câmara Municipal e vai até ao cruzamento da Padaria, rua essa que tem dois sentidos de trânsito e inclusivamente sofre um estreitamento da via, na Taberna do Ferrador. Em sua opinião se essa rua só tivesse um sentido de trânsito, mediante a colocação de um sentido proibido junto ao posto de carregamento de carros elétricos, seria o expectável e que o sentido seria o da Igreja Matriz até à Padaria. -----

----Prosseguiu e disse, ser a segunda situação que gostaria de deixar à consideração, que na rua Dr. José Jacinto Nunes entre o BPI e a sede do Recreio Pedrogueense, zona essa de comércio de excelência da vila, se deveria equacionar a possibilidade, de se tornar apenas numa via pedonal, com exclusão de moradores, cargas e descargas e viaturas de emergência. Circulariam assim os automóveis obrigatoriamente pela Rua 5 de Outubro, a rua da Biblioteca Municipal, chegados ao Largo do Encontro. -----

----A terceira questão, na Rua Marcelino Nunes Correa, a rua do Arquivo Municipal, se poderia equacionar ser pedonal, aproveitando ainda esse facto para a colocação de mobiliário urbano, para informação turística e cultural. Disse ainda ser do seu conhecimento, que o Executivo tem intenção de adquirir os MUPIS e em sua opinião seria aí o local adequado, para esse fim. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, começou por cumprimentar todos os presentes e “referiu que as “Águas Vale do Tejo” e a “Empresa Intermunicipal APIN”, são responsáveis pelo abastecimento de águas em alta e baixa respetivamente. Disse ser sobejamente conhecido que existem diversas roturas sobretudo nos troços mais antigos. As resoluções dessas roturas, por norma, ocorrem na maior brevidade possível, pela respetiva entidade, contudo a reposição dos pavimentos é bastante demorada. Prosseguiu e disse e a título de exemplo, que na Estrada Municipal 513 junto ao Casal do Cume, existe um local onde houve a intervenção da APIN à mais de um ano, o que lamentou não ter sido ainda colocado o devido pavimento betuminoso. Ainda sobre esta matéria referiu que há cerca de três meses, houve uma outra intervenção efetuada pelas Águas Vale do Tejo, em que se esteve cerca de dois meses e meio, com a via parcialmente interrompida pelo entulho deixado naquela via. Referiu estar apenas sinalizado com uma mera placa provisória, de perigo e deste modo, obrigando as viaturas que circulavam na via, de invadirem a faixa de rodagem contrária, sem qualquer outro tipo de sinalização avisadora. Mais tarde foi vista uma conhecida empresa do concelho a remover parte das terras e a nivelar o buraco com tout-venat, betuminoso ainda é disse ser uma miragem. Lamentou que por vezes estas intervenções, acabam por destruir parcialmente as valetas de betão e que por norma nunca são reparadas, acontecendo deste modo em vários locais. Disse ainda não saber o que está protocolado com estas entidades, mas que em sua opinião urge tomar medidas futuras, para maior celeridade na resolução destas situações e assim com a atuação da fiscalização Camarária, disse ainda ser a segurança das vias, da responsabilidade da Autarquia. -----

----Prosseguiu e disse saber que a Câmara Municipal de Pedrógão Grande através da APIN, irá promover as obras de saneamento em diversos locais do concelho e que no geral estas intervenções são nos pavimentos de estradas. O que se vai vendo noutras obras similares, a reposição do pavimento betuminoso acontece após o término de todos os trabalhos de colocação e ligação de tubagens! Considerou, pois, que toda esta situação prejudica substancialmente os condutores nomeadamente as suas viaturas, bem como os habitantes, pelas poeiras que provocam. -----

Deixa, pois, e deste modo um alerta para que sejam tomadas as devidas diligências, no sentido que essas pavimentações sejam segmentadas de forma a prejudicar o mínimo possível as populações e ainda que com a devida antecedência sejam avisadas as populações, publicitando os percursos alternativos nas estradas de maior afluência. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção e mostrou-se agradado pois teve conhecimento que a praia fluvial do Cabril recebeu galardão 'Qualidade Ouro' da Quercus e ainda a propósito desta praia fluvial, questionou se este ano a piscina flutuante da barragem terá nadador salvador. A sua questão prende-se com a adjudicação daquele profissional no ano anterior, ter ocorrido em fevereiro". -----

-----"De seguida falou sobre a Adaptação do PDM, assunto já abordado noutras sessões e inclusivamente na última sessão da Assembleia Municipal, que não era conhecido o teor da reunião extraordinária do executivo ocorrida em 28 de abril de 2022. De uma leitura atenta constatou que o procedimento tinha caducado a 16 de abril deste ano e por isso foi necessário um novo procedimento, ou seja, voltar-se ao início. Prosseguiu e pretendeu fazer um pequeno enquadramento sobre este procedimento e que a 10 de setembro de 2021, foi deliberada a prorrogação do prazo por 7 meses para a adaptação do PDM sabendo-se que não podia voltar a ser prorrogado. A 25 de Novembro foi pelo atual executivo aprovado a contratação do estudo de Avaliação Estratégica Ambiental para este procedimento; Essa avaliação foi adjudicada a uma empresa a 22 de fevereiro de 2022 (3 meses depois) pelo prazo de execução de 28 dias. A 16 de abril extingue-se o procedimento sem que tenha ocorrido a devida execução". -----

-----"Disse e não voltando a outros assuntos já referidos em Assembleias anteriores e aproveitando encontrar-se hoje aqui o Técnico Superior e Gestor do Território, urge perguntar o seguinte: -----

A 25 de novembro face à necessidade de realizar o Estudo de Avaliação Estratégica Ambiental não deveria ter-se extinguido o procedimento de alteração uma vez que seria quase impossível o procedimento estar concluído até 16 de abril? A ser possível nessa data porque só foi contratado esse estudo 3 meses depois com um prazo de conclusão a 3 semanas da extinção do procedimento sabendo-se ainda que falta uma elevada tramitação pela frente? À data da aprovação foi o executivo alertado pelo Técnico Superior da Câmara Municipal para a carta de perigosidade de incêndio rural e o seu cruzamento com o ordenamento do território. Porque não foi ponderado a inclusão dessas possíveis alterações no procedimento? É também referido que se pode aproveitar o trabalho anterior realizado, será que se vierem a ser impostas alterações pela carta referida anteriormente não será necessária uma verba equivalente para um novo estudo de Avaliação Ambiental Estratégico. Das alterações constam ajustes ao plano de Pormenor de Vale de Gois e Vale de Barco, estes Planos existem e estão aprovados para assim realizar esses ajustes? Porque se optou por abrir o procedimento por 7 meses sabendo-se que pelo menos até 31 de dezembro era possível e assim em vez dos 7 meses abrir o procedimento por 9 meses". -----

Outro ponto – questionou “quais as implicâncias que podem advir para o Município do abandono da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais pela CIMRL”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, começou por cumprimentar todos os presentes e felicitar o Executivo pela iniciativa do passado domingo “Entre letras e sabores” com a realização da Feira do Livro, o momento de música pela Filarmónica Pedroguense e ainda um momento de poesia- “Tarde Poética”. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo- se ao IC8 e ter tomado conhecimento através de publicação no Diário da República, de ter sido aprovada uma recomendação para o melhoramento daquele itinerário complementar, das localidades de Avelar, Ansião até Pombal. Lamentou assistirem-se a filas contínuas de camiões e questionou ainda até que ponto, não se poderia solicitar a quem de direito, o alargamento/desnivelamento das entradas/acessos ao IC8. -----

-----Colocou a possibilidade da realização de um simulacro para uma situação de catástrofe em termos de matérias perigosas, inclusivamente em conjunto com os Municípios da Sertã e de Figueiró dos Vinhos, pois sabe-se que este itinerário é atravessado por camiões carregados de toneladas de matérias perigosas e se a “nossa Proteção Civil” estará preparada para uma eventualidade dessas. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, começou de igual modo por cumprimentar todos os presentes e prosseguiu pretendendo sinalizar algumas questões, que em seu entender devem ser reconhecidas publicamente, nomeadamente a distinção este ano da Praia Fluvial do Cabril, com o galardão “Qualidade de Ouro” pela Associação Nacional de Conservação da Natureza, Quercus. Congratulou deste modo o senhor Presidente da Câmara Municipal e a quem acompanhou o processo. -----

-----Referiu-se ainda à 3ª e 4ª Prova do Circuito Embarcado Bass Nation, e Pesca do Achigã na Barragem do Cabril, evento que considerou salutar e de relevância para o concelho.-----

-----Ainda a organização do 7º fórum da Comunidade de Leiria, no que tem a ver com o turismo sustentável o que Pedrógão Grande tem para oferecer e a integração na rede de apoio ao investidor da Diáspora. -----

-----Quando às festas do concelho neste período pós-covid, considerou salutar o regresso da “Expoarte”, com cartaz em sua opinião “interessante”, o convívio e confraternização desejáveis para tudo e para todos. -----

-----Disse ter algumas questões, sendo que algumas já foram colocadas, no entanto pretendeu reforçar a questão da saúde, matéria já trazida a esta Assembleia Municipal por diversas vezes, urgente e emergente da nossa população. -----

-----Prosseguiu e referiu que o verão se aproxima e Pedrógão Grande começou a ter afluência de pessoas de fora (estrangeiros, emigrantes) pelo que se deverá “apostar” no Turismo e retirar proveito da Estrada Nacional 2, passar efetivamente no concelho. -----

-----A terminar a sua intervenção, questionou qual o ponto de situação respetivamente do “Restaurante Lago verde”, da ALE, do Centro Náutico, Piscina Municipal, e ainda do Bar da Piscina. Questionou se há perspectivas de alguma candidatura para o novo “Quadro Comunitário” e em relação à página Web do Município, o que está a ser equacionado. Referiu-se à Revista Municipal, se efetivamente vai ser retomada e em que moldes, nomeadamente se digital, eletrónica ou em suporte de papel e ainda a Agenda Cultural, pelo que disse ficar a aguardar respostas às suas questões. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, começou de igual modo por cumprimentar os presentes e prosseguiu mostrando o seu regozijo pela notícia da saída da Câmara Municipal do Porto da ANMP. Lamentou que se chegue à conclusão que aquela Associação seja “um braço do governo socialista” e para os pequenos municípios não lhes preste os devidos serviços que tanto precisam em seu entender. Disse ainda ser de opinião que os “pequenos municípios” se devam unir e reclamar dos seus direitos e terem efetivamente quem os defenda e represente. -----

-----Outra nota que tem a ver com uma questão e não ser específica de concelhos, mas sim da região, inclusivamente ter falado numa das reuniões da Intermunicipal e ser a falta de mão de obra. Acrescentou estar-se no interior e deparar-se com essa realidade e ainda agora com uma medida do Governo de cativar mão obra estrangeira (vistos de 6 meses). Lamentou, pois, que em Pedrógão Grande possivelmente até haverá pessoas que poderiam trabalhar, mas que efetivamente não querem. Disse ser o “Estado a maior empresa/associação que financia esses trabalhadores, para não fazerem nada” e ainda considerou ser pois um problema de empresários e de associações, que precisam de dar resposta à solicitação de mão de obra, que efetivamente não existe. Salientou que deverão ser tomadas medidas concretas, de modo a que se faça sentir aos governantes que estes territórios de baixa densidade, têm problemas que urge solucionar. Lamentou ainda a falta de empresas de trabalho temporário, por exemplo, que consigam colmatar lacunas onde haja falhas de trabalhadores. -----

-----Continuou com a sua intervenção, fazendo alusão e felicitando deste modo a Câmara Municipal pelo cartaz das “Festas de Verão”, que considerou ser “bonito, audaz”. Pensa serem no local habitual do Mercado Municipal, que em sua opinião é o local que reúne mais condições, desejando assim sucessos para o evento, nomeadamente “Expoarte”. -----

----Proseguiu e disse ter ficado estupefacto com o que viu numa ata de maio e ter a ver com a APIN, relativamente à transferência financeira a cargo dos sócios no exercício de 2021, questionando assim o senhor Presidente da Câmara Municipal do que se trata, se essa transferência financeira a cargo dos sócios se é voluntária ou forçada, ou a que título é. -----

----Outra questão que tem a ver com o CLDS 4G, pensa que havia uma unidade gestora, que nomeava outra entidade coordenadora a Santa Casa da Misericórdia e uma equipa autónoma que prosseguia com esse plano. No seu entender considerou que a Câmara Municipal, nunca é afastada deste processo, mas o que questionou foi dado aquela ser parte interessada, se tem reunido com a entidade coordenadora, se tem acompanhado o processo, se fez balanço ou não, se existe efetivamente um feed-back. -----

----Ainda na sua intervenção disse querer felicitar os Bombeiros Voluntários, há que reconhecer publicamente, um trabalho notório a nível social, nomeadamente no que é a defesa das pessoas, florestas no combate a incêndios e que tem vindo a enveredar por uma área e não ser só de agora e ser o caso efetivamente da Universidade Sénior, salientando, que esta atividade, tanto mais ser de forma gratuita. -----

----Mostrou o seu agrado relativamente à importância de se ter aderido a uma Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), pelo conjunto de informação que se lhes faz chegar, inclusivamente pelas formações que põe ao dispor dos eleitos, considerou ser sem dúvida uma mais-valia. -----

----A terminar a sua intervenção, falou da ETPZP, disse não ver cartazes de prospeção de alunos e que continua a receber “a troca de e-mails”, que o leva a concluir, que o que devia estar a ser feito, efetivamente não está lamentando que deste modo se fomenta o que não interessa, o que divide e cria discórdia. Sensibilizou uma vez mais para esta matéria, lamentado que viu cartazes publicitários de Figueiró dos Vinhos, Sertã e de Pedrogão Grande, disse não saber, que poderão existir, mas que não viu e que no final de cada ano letivo se deveria captar alunos para aquela escola, que é, pois, disso que ela precisa. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, refere haver questões que são igualmente uma preocupação sua e geral e que no entanto já foram referidas. -----

----Notou na página das obras e em projeto, que o troço do Vale da Manta, já está contemplado, pelo que felicitou, pela iniciativa. Questionou de seguida, para quando estar prevista a sua conclusão, pois disse ser o impacto visual, deveras importante para quem nos visita. Referiu ser o Vale do Zêzere um “ex-libris” do qual “nos podemos orgulhar” e ser toda esta conjuntura ideal para a criação de impacto, de modo a que queiram e sintam vontade de voltar. -----

----Quanto a questões de “Saúde” perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal se o podia questionar e se “houve debate do assunto e acordos internos, com o Centro de Saúde para se resolver o problema atual e os do futuro próximo, enquanto a questão não se resolver de fundo.” -----

----Ao que o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raul Garcia disse ter uma atitude de isenção em relação a essa matéria, no entanto disse ser efetivamente um funcionário do Centro de Saúde, e que não foi nada debatido. Foi dada uma ordem e tem de cumprir, essa ordem superior. -----

O Membro da Assembleia agradeceu e registou com agrado o lhe ter respondido. -----

----Continuou a sua intervenção e referindo-se ainda à saúde, disse em sua opinião não ser apologista que a sede de concelho seja relegada para um segundo plano da escala de serviço, no entanto disse não estar em causa o fecho das extensões. Disse ter que se adaptar às questões de gestão dos recursos que há, de acordo com as necessidades e equacionar o que poderá ser feito. -----

-----Ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raul Garcia**, disse haver informação que poucos terão conhecimento, mas em sua opinião considerou que poderiam ficar funcionários nas extensões de saúde para orientar os idosos, pois são os que tem mais dificuldades a todos os níveis, apesar de não serem essas ordens a vigorar e ainda que os funcionários que estão nas extensões não virem acrescentar nada à sede, dado haver sete enfermeiros, pelo que os serviços de enfermagem deveriam manter-se. Considerou ser um sério e grave problema não se sabendo o tempo de duração e ainda que haverão 4 semanas apenas com um médico, sendo que esta situação será também a nível Nacional, um médico para 4 700 utentes. -----

---O Membro da Assembleia prosseguiu a sua intervenção referindo terem sido criados em todo o território cerca de 140 balcões SNS que em colaboração com Juntas de Freguesa, superam algumas dificuldades por exemplo de receituário, medidas que já estão a ser tomadas para minimizar o que o senhor Dr. Raúl alertou, no entanto não invalida que se lute e se tenha consciência do problema. -----

----Outra questão referida pelo Dr. José Miguel Barão, que considerou de igual modo importante, apoiando a ideia e disse tratar-se da regularização do trânsito nomeadamente os espaços pedonais, que poderão potenciar a qualidade da vila. -----

----Referiu de novo questões relacionadas com o espaço da Rua da Nossa Senhora da Luz, o estacionamento desregulado, a erva que cresce desgovernada, a parte que competia ao Município o registo tem ficado adiado. -----

----A terminar a sua intervenção e ainda sobre o tema que o Dr. Rui Capitão referiu sobre a falta de mão de obra, disse tratar-se de pessoas com certas dificuldades a vários níveis e que muitas vezes essas pessoas não são aceites pelos empresários, pois não reúnem condições efetivamente, sendo ainda de opinião que as que forem convocados e a partir do momento que recusem, deveria ser retirado o apoio.

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Mafalda Coelho**, começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes prosseguiu questionando qual o ponto de situação do “Conselho Municipal da Juventude”, e que em sua opinião se demonstra como um instrumento fulcral para o estímulo da participação jovem na vida política local. Disse necessitar-se deste tipo de órgãos no Município, pelos claros benefícios que representam, congregando associações de juventude, poder local e juventudes partidárias e que haverá decerto várias iniciativas, que poderão ser dinamizadas e de relevante interesse como “Assembleias Municipais Jovens”, atividades culturais e desportivas e ainda a criação de outros mecanismos como um “Cartão Municipal da Juventude” e ainda precisar-se urgentemente de debater políticas locais de juventude. -----

----Outra questão que pretendeu colocar e que se prende com a Piscina Municipal, foi de qual o ponto de situação daquela, dado ser uma infraestrutura de grande procura e que está inoperacional há demasiado tempo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, começou a sua intervenção cumprimentando os presentes, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ser inteiramente do seu agrado receber todas as informações da ANAM por email. -----

----Questionou de seguida qual o local do “Balcão do Cidadão” e se está em funcionamento. -----

----Sobre a saúde colocou uma questão, tanto mais disse estar preocupada com as extensões de saúde de Vila Facaia e da Graça, na medida que Pedrogão Grande está assegurado e muito bem, tanto mais ser de facto a sede de concelho. Disse ainda que de igual modo devem estar as duas extensões asseguradas, dado a população ser idosa, sem recursos, transportes para se poderem deslocar à sede de concelho. --- Deste modo e a existirem só dois médicos a trabalhar neste momento e como referiu o Sr. Presidente da Assembleia Dr. Raul Garcia ter cerca de 4 700 mil utentes, considerou ser difícil dar consulta a estes utentes e eventualmente fazê-lo quando só está um ao serviço. Assim questionou se está previsto para este concelho o balcão do SNS, entendendo que não vai suprir nenhuma das funções de qualquer médico e se trará benefícios diretos ou não. No entanto disse que gostaria que realmente fosse uma mais valia e ainda referiu que não invalida que seja uma triste substituição, dos médicos do nosso concelho. -----

----Prosseguiu e referiu não ter visto na relação das obras nada sobre o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo da Graça e se efetivamente foi relegado, ou se acabou a candidatura, dado que à época foi candidatado com o apoio da Autarquia. -----

-----Relativamente à auditoria da ETPZP, questionou qual o ponto de situação em o que há em relação a esta matéria, dado já terem passado dois meses, sobre a informação do sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Proseguiu e dado ter vindo o assunto do Conselho Municipal de Educação e relativamente à reunião de rede escolar, questionou se esse conselho reuniu efetivamente e nesse parecer o pré-escolar de Vila Facaia foi contemplado. -----

-----Questionou de seguida se os serviços da Proteção Civil vão ser alocados no edifício da Rodoviária. ---
----- Proseguiu e reforçou o que pensa em relação a toda esta conjuntura dos “painéis solares”, se forem efetivamente colocados; da “carta de perigosidade” e agora esta ligação “transvase do Rio Zêzere”, exatamente na zona do Cabril. Se a água for retirada constantemente pelas diversas razões, disse ficar deveras preocupada. Se a carta de perigosidade, os painéis solares, se estas matérias se mantiverem, considerou que ir-se-á atravessar uma escassez a todos os níveis de população. Os painéis solares, primeiro, depois a carta de perigosidade e agora o transvase do rio tudo vem necessariamente prejudicar estas populações e diminuir um eventual investimento o que lhe pareceu, irá prejudicar deveras o concelho de Pedrógão Grande, pelo que questionou de seguida se este Executivo, nomeadamente o Senhor Presidente o que está a ser desenvolvido, para colmatar este onerar do “nosso território. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal para que começasse a responder a estas questões colocadas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, começou por cumprimentar os presentes e agradecer as questões colocadas. Disse serem questões transversais que preocupam todos. Agradeceu especificamente à bancada do PS e ao Sr. Presidente da CIMRL presidente da Câmara Municipal de Leiria Dr. Gonçalo Lopes de ter proporcionado o encontro com o Sr. Dr. António Sales Secretario de Estado que manifestou prontamente a sua disponibilidade para uma reunião que contribua para a resolução destas questões da saúde. -----

-----Em relação ao “Balcão SNS” disse que não substituem o atendimento físico/personalizado e sob informação do Dr. Vítor Hugo Presidente do ACCES, disse terem sido identificadas algumas razões para a redistribuição deste serviço e que a carga de trabalho que incide sobre os médicos do concelho em média de 4 700 pessoas, mais os que nos visitam, considerou sobrecarregar os nossos profissionais. Considerou o problema grave tanto mais os nossos profissionais de saúde estarem e entrar na idade da reforma. Ainda sobre a matéria, disse ter sido explicado, que não é intenção o encerramento de qualquer extensão do Centro de Saúde de Pedrógão Grande. -----
A título de informação, disse ainda não terem assinado a transferência de competências na área da saúde. -----

-----Continuou e que em relação à ALE, espera que o documento esteja bem fundamentado, para dinamizar economicamente o concelho, mas que efetivamente precisam que o Regulamento seja aprovado para poderem avançar, sendo que o advogado já desenvolveu a nova versão, que será levado a reunião de Câmara Municipal, Consulta Pública e voltar a esta Assembleia Municipal, ainda disse ser o documento imprescindível, para se avançar com a venda dos lotes. -----

-----Quanto à fixação da população, disse ter que se desenvolver um regulamento que levará o seu tempo, para apoiar a Natalidade e/ou à frequência das creches, efetivamente para o desenvolvimento do concelho. -----

-----Em relação aos fogos florestais estão a proceder à limpeza das faixas de combustível, limitados aos estados de alertas, que não permitem trabalhar em determinadas horas do dia. Disse ter sido desenvolvido um plano com essas intervenções prevendo serem cerca de 150 hectares, investimento significativo nessa área. Ainda que avançaram com um simulacro sobre a “Aldeia Segura” e têm feito esforços para detetar novos pontos de água e manutenção dos atuais. -----

-----De seguida solicitou ao Coordenador da Proteção Civil para fazer dissertar sobre o que houver por conveniente. -----

-----**O Coordenador da Proteção Civil senhor Eng.º Rui Alves**, cumprimentou na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal todos os presentes, prosseguiu e disse estarem a desenvolver desde o início deste ano as ações que estão previstas no “Pano de Defesa da Floresta Contra Incêndios” e estarem a desenvolver ações que vão muito além do que as necessárias, fizeram uma vistoria no mês de fevereiro em colaboração com os militares da UEPS- Unidade de Emergência e Proteção de Socorro, que verificaram os pontos de água e que alguns já foram melhorados e outros irão sofrer intervenções de igual modo. Estão a planear a execução de pelo menos um em cada freguesia, de outro grande ponto de água de capacidade para ajudar os Bombeiros nessa matéria. Disse saber-se que temos uma rede de bocas de incêndio espalhadas pelo concelho, são cerca de 437, mas concluiu que cerca dessas foram construídas não para o combate aos incêndios, mas sobretudo para fazer purgas nas redes de distribuição de consumo humano, estando a validar uma a uma e que irão adaptar as que forem necessárias. A parte com os Bombeiros e com os Militares da UEPS, disse irem validar realmente as que forem estritamente necessárias e eficazes para os combates aos incêndios. -----

----Também referiu dar nota que dos 150 hectares, irão fazer faixas de gestão de combustível cerca de 14 que prevê o arranque de cepos de eucaliptos nessas faixas (intervenção pequena, mas que o orçamento é deveras elevado) e será feito faseadamente. -----

----Prosseguiu e disse estarem também a fazer intervenções manutenção na rede viária e florestal, sendo que já fizeram cerca de 137 km nas 3 freguesias, sendo que a maior concentração de trabalhos neste ano, irão ser efetivamente nas freguesias de Vila Facaia e Graça, visto que o Plano para 2022 as estradas assim o exigiam. -----

----Também dar nota, que a par do projeto de “Aldeias Seguras Pessoas Seguras” que fizeram na aldeia da Picha, disse estarem a fazer mais cinco, para serem elaboradas este ano, dois em cada freguesia e estarem em contacto com as Infraestruturas de Portugal, para ainda esta semana fazerem um simulacro no IC8, não de matérias perigosas, mas de outro tipo. Disse ainda que ficou registada a pretensão, no entanto é um simulacro que envolve o IC8 e ser uma via que não é da “nossa responsabilidade”, é concessionada das Infraestruturas de Portugal. -----

----Com colegas de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos estão a planear um simulacro ou um “live” sobre incêndios rurais, no final deste ano de 2022 e dar nota que estão também a desenvolver outro projeto que é o projeto evacuar a floresta, que tem algumas semelhanças com a “Aldeia Segura”. Mas sobretudo irá dar a informação a todos quanto nos visitam através de “outdoor(s)” e literatura, o que tem que ser feito em caso de incêndio rural, do local onde se encontram e para onde têm que ir, de forma a que a sua viagem seja segura. -----

----Prosseguiu para dar nota que em colaboração com o Gabinete Florestal, na pessoa da srª Engª Sofia Ramos e disse estarem a fazer o combate á vespa asiática, este ano com o reforço de uma candidatura que se fez à CIM. Instalaram-se mais armadilhas, 189 este ano e disse ainda terem apanhado na ordem das cem a cento e dez vespas fundadoras, o que vai reduzir o número de novos ninhos. -----

----De igual modo fizeram a campanha do galho do castanheiro e disse ainda que a praga surgiu à cerca de dois anos atrás e é o segundo ano que utilizam parasitoide. -----

----Alerta os Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia para consciencializar as pessoas e para se detetarem alguma doença nos soutos, que façam chegar essa informação ao Gabinete Técnico Florestal, para fazerem cadastro, para a equipa se deslocar ao local e verificar essa situação. -----

----Informou ainda terem uma Equipa Municipal, que estará de vigilância nos dias de alerta laranja ou vermelho, (alerta do SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) e que não podem fazer trabalhos na floresta eles fazem limpezas nas zonas urbanas e trabalhos de silvicultura praticamente o ano inteiro. -----

----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, prosseguiu e em relação ao apoio ao comandante dos bombeiros, disse o apoio ser inequívoco, já transmitiu essa posição em Assembleia dos Bombeiros e terem o “nosso acompanhamento, o nosso carinho”, não querendo entrar em outro tipo de considerações. -----

Relativamente no acesso ao rio, foi objeto de alguma intervenção que esta a decorrer e solicitou a intervenção do senhor Vice-Presidente, -----

-----O **Vice-presidente da Câmara Municipal Dr. Luís Correia**, começou por cumprimentar os presentes e relativamente ás intervenções das rampas e do Gavião que a intervenção que fora feita, foi a manutenção da existente, meramente para ações de proteção civil no rio. As intervenções do gavião da barragem, nesta época com muita afluência de pessoas e com as máquinas em movimento, poderiam causar alguns constrangimentos, contudo têm o material e autorização da APA, pelo em tempo oportuno será diligenciada. -----

-----O **senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, prosseguiu e referindo-se à Página do Município, concordou que efetivamente as mesmas deveriam fazer alusão às festividades. ----

-----Quanto à Página Web disse estarem à espera dos fundos comunitários para integrar uma candidatura. -----

-----Relativamente às ervas, tem-se feito intervenções e passado algum tempo, estão lá inevitavelmente, no entanto reconhece que haverá locais, que deverão ser objeto de mais atenção. -----

-----Quanto ao Restaurante Lago Verde disse ser um assunto candente, disse ter sido colocada a questão da titularidade do PT e foi entendimento ser do Município. Disse ainda que aquele edifício vai ter que ser objeto de intervenção e a questão que se coloca é se essas obras vão ser feitas por um concessionário ou por alguém definitivamente. Considerou que irá ser uma decisão polémica e terá que ser bem fundamentada e posteriormente transmitirá essa decisão. Ainda que a concessão pouco tem trazido para o concelho na sua perspetiva e que “deverão entregar aos profissionais, o que tem que ser trazido pelos profissionais e libertar o Município de questões que nos consomem tempo e recursos quer financeiros quer humanos”. -----

-----Agradeceu ao Membro Dr. José Miguel Barão, as suas intervenções e que naturalmente irão acolher as suas ideias e verificar a possibilidade de as pôr em prática. -----

-----Em relação às questões do Membro Eng.º Luís Crespo, considerou ser um assunto extenso, orientador estratégico, que deverá entregar por escrito. -----

-----De seguida solicitou a intervenção do **Gestor do Território Dr. Bruno Gomes**, referiu que relativamente às questões do PDM, as propostas para os Planos de Pormenor de Vale de Barco e de Vale de Góis, são pequenas retificações não nos seus limites, mas nas regras , como aconteceu com as áreas de acolhimento empresarial no PDM aprovado em 2015, onde o Município aprovou a possibilidade de edificar apenas com loteamento, ou licenciamento onde houver infraestruturas, evitando os Planos de Pormenor. Desde 2002 que existe o POA, que obriga a fazer dois Planos de pormenor, mas a verdade é que nem se consegue contactar os proprietários, quanto mais fazer o cadastro, são planos de pormenor mortos à nascença, porque se dois proprietários não se entendem, quanto mais várias dezenas em Vale de Góis e seis ou sete em Vale de Barco, desta forma não se consegue avançar. O Governo para pressionar diminuiu o prazo para cinco anos para ocorrer um entendimento entre proprietários, se não o Plano caduca. Este é um instrumento morto. Bom exemplo é a atual Zona Industrial, entidades queriam Plano de Pormenor, o Município na revisão de 2015 apenas exigiu loteamento, o projeto foi feito, o loteamento recebeu fundos comunitários, a obra foi feita, falta o regulamento para vender os lotes. -----

-----Mais uma vez referiu que não há alteração aos limites geográficos, mas sim, baixar o nível de obrigação urbanística para loteamento. Desde 2002 que não existem novas construções, a não ser de um pequeno loteamento antigo. Simplificar a parte regulamentar. -----

-----Prosseguiu e disse estarem a alterar apenas uma pequena parte do PDM, 10%, por obrigação do estado em 2014, com a lei dos solos, que inicialmente deu um prazo de 5 anos. Esta previa acabar com os urbanizáveis, ou passar a urbano definitivo ou a espaço rural, seja agrícola ou florestal. Esta zonamento implica as zonas industriais de reserva (Outão, Vale da Manta, Fontainhas, Barraca do Salvador), habitacional na envolvente da Vila de Pedrógão Grande. Outra é a reclassificação das áreas de edificação dispersas que permitiam a construção, mas tinham uma distância entre edifícios de 100

metros ao contrário do aglomerado rural que é no máximo de 50 metros. Disse “termos” vinte e nove aldeias total ou parcialmente nesta situação, que passam a aglomerado rural ou a espaço rural, seja agrícola ou florestal e deixam de se poder construir, são aldeias tipo quintas, como Ousenda, Mó Grande ou Marinha. -----

----A proposta passa por salvaguardar as áreas empresariais de reserva passando a urbanas e as aldeias como áreas de edificação dispersa como aglomerado rural. -----

----Hoje é o último dia da participação preventiva do PDM em alteração, onde as pessoas podem fazer sugestões. Apenas houve uma participação face ao processo anterior o que quer dizer da maturidade desta proposta. Sugestões, podem ocorrer, mas nesta fase temos de fechar para cumprir com os prazos que estão apertados. -----

----A Alteração anterior tinha um prazo, que caducou, teve-se de fazer um novo procedimento e no próprio aviso informamos que se mantêm os estudos e propostas anteriores. -----

----A terminar a sua intervenção disse quererem acabar tudo para pôr na plataforma em agosto setembro e fazer a reunião em setembro outubro. Queremos fazer apenas uma reunião para finalizar. Existem questões importantes por resolver no PDM, como é o caso da salvaguarda do matadouro. -----

----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, prosseguiu e disse que o edifício tinha problemas, que não estava sinalizado, que foram feitas as vistorias e o estudo técnico e foram apresentadas as deficiências do edifício. Foi considerada como escola prioritária em termos de intervenção o que permite candidatar a fundos comunitários para essas intervenções. -----

----Referindo-se à APIN disse que efetivamente ninguém paga voluntariamente, é forçado pela lei a participação dos prejuízos. O que aconteceu é que a empresa tem problemas com fugas, roturas e desvios de água, mais os custos de estrutura, que assim têm dado o prejuízo que disse estar à vista. Ainda que a atualização de tarifário não foi aprovada e que estão a fazer investimentos nos locais de Caminho das Testeiras, Campelos, Pesos Fundeiros e Louriceira, substituindo as condutas. -----

----O Programa CLDS 4G a senhora **Vereadora da Câmara Municipal Eng^a Dora Rodrigues**, a pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal, usou a palavra e disse terem feito reuniões, sendo que a entidade coordenadora é a Santa Casa e a entidade promotora é o Município de Pedrógão Grande e foi apresentado Plano de Atividades no início do ano, ainda que foram feitas algumas parcerias e a exemplo no dia da criança, na feira de empregabilidade social e várias reuniões e que o projeto está na reta final.

----Prosseguiu e quanto à ETPZP, disse a questão já ter sido colocada, relativamente aos cursos já foram aprovados no conselho consultivo, haverá que fazer a sua divulgação e ainda uma prospeção do mercado. A auditoria disse ter terminado a 13 de julho, o auditor concordou em ceder o relatório e será apresentada uma proposta, na reunião de 8 de julho, sendo que o outro socio disse ter preparada uma solução, pelo que disse estarem a aguardar. Ainda que o relatório vai ser do conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----Disse estar previsto o alcatroamento no final do troço de acesso à EN2. -----

----Relativamente à matéria a tratar no local da Nossa Senhora da Luz, vão tomar nota e terá a intervenção da Câmara Municipal. -----

----Conselho Municipal da juventude, disse que já existe o Regulamento, no entanto terá que ser alterado e atualizado. -----

----A Piscina Municipal, informou ter havido problemas com equipamentos, ainda que a água desaparecia misteriosamente no tanque de compensação, foram substituídas as electroválvulas, mas o problema persiste. Disse serem muitos metros cúbicos (60 por dia) que desaparecem e já há muito tempo. Disse ainda que não eram detetados porque não havia contador. -----

----**A senhora Vereadora Eng^a Dora Rodrigues**, informou que irá abrir em setembro. Quanto à questão de nadadores salvadores, disse que amanhã já teremos um nadador salvador, que irá iniciar funções na piscina do Cabril e que há dois funcionários. Saliu que em relação à piscina do Cabril, não se sabe

até quando poderá operar, dado o nível da água estar muito baixo e deste modo esperam colmatar estas lacunas. -----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, chamou atenção para a necessidade do funcionamento da Piscina Municipal, dada a solicitação de vários utentes, notando efetivamente a carência daqueles serviços, ainda por uma questão de saúde. -----

-----O **senhor Presidente da Câmara Municipal**, prosseguiu e deu nota ao Dr. António Figueira, que efetivamente estão a equacionar a reparação do Bar da Piscina, ainda terem sido nomeados como fiéis depositários do equipamento que lá estava e ainda estarem a pensar concessionar o espaço. -----

-----Centro Náutico- irão falar quando do ponto da reafecção do empréstimo. -----

-----Balcão do Cidadão vai ter que ser alocado e o serviço de Proteção Civil eventualmente irá para o edifício da Rodoviária. -----

-----Parque de Caravanismo, sobre esta matéria o **Vice-Presidente senhor Eng.º Luís Correia**, disse que a empresa que fez o projeto o está a reformular e posteriormente será aberto concurso. Lembra o anterior concurso, ter ficado deserto. -----

-----A **senhora Vereadora Eng.ª Dora Rodrigues**, sobre o Conselho Municipal de Educação, disse que deve reunir no início e no final do ano letivo e que não reuniram, nem ter sido solicitado um parecer. Ainda não têm conhecimento, que haja alguma escola que esteja na eminência de fechar. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, prosseguiu e agradeceu à Dr.ª Margarida Guedes o ter trazido o tema do transvase. Disse ter havido uma reunião com os colegas vizinhos, nomeadamente da Sertã, Oleiros e Pampilhosa da Serra para discutirem o assunto, nomeadamente o desprezo que estes Municípios estão a ser dotados, quer para a vida económica e turística. Disse ter tido conhecimento que noutros concelhos houve quebra brusca de desnível de água, mortalidade dos peixes e confrontada a EDP foi dito que o principal objetivo e a função da barragem são a produção elétrica! Não querendo extremar as posições, mas considerou ser necessária uma reunião com o Ministro do Ambiente. Informou ainda a concessão da Barragem vai acabar este ano, a APA vai ser dona daquela e irá novamente para a produção de eletricidade. Que houve quebra, mas que não poderá ser dissociada da produção elétrica de carvão do Pego e de Sines, uma compensação em sua opinião. Disse não saber o que o futuro reserva. -----

-----Considerou ser a atratividade fantástica e o concelho estar a ser procurado por estrangeiros. Disse ainda estar agradado por a “carta de perigosidade” do concelho estar suspensa. -----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, disse conceder mais uns minutos apesar do tempo neste período ter sido excedido. -----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia de Graça Sr. Custódio Rosa**, disse que em relação ao parque de autocaravanas da Graça, ter estado demasiado tempo à espera e estar-se brevemente no final do ano. -----

-----No local da Senhora da Piedade e a questão dos pontões do Outão, disse estarem em risco segurança para a via. -----

-----Questionou a possibilidade da limpeza das margens da Albufeira da Bouçã. -----

-----O arruamento da Capela da Adega estava prometido no caderno de encargos, pelo que solicitou a sua resolução. -----

-----O ponto de água no Nodeirinho do antigo furo que abastecia a rede pública, tem contador é só requisitar a luz, encher a cisterna e os Bombeiros abastecerem. Não faltando a luz, nunca faltava a água.

-----Não sabe se os esgotos estão contemplados nas obras de intervenção que estão a ser realizado e no concelho pela APIN, nos ramais que estão a abrir para colocação, mas considerou ser o momento

oportuno. Apesar de considerar o projeto deficiente, com uma extensão e que em determinados locais não vais servir efetivamente ninguém. -----

----Sabe que as máquinas andam na floresta, mas que é pouca para o que é preciso limpar no concelho, pois efetivamente houve desleixo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe**- mostrou a sua satisfação relativamente ao grande numero de pessoas que têm visitado o concelho de Pedrógão Grande e com o aproximar do verão acredita que será saudável. Disse serem as comunicações fundamentais, tanto a nível profissional como de lazer e não olhar só para Pedrogão, vila, mas para todo o concelho. Disse ainda que nos Escalos, na sua residência de campo, tem rede fibra e que por altura da pandemia, foi imprescindível. A terminar disse se “queremos ter atratividade e atrair pessoas, temos que dar condições”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**- agradeceu os esclarecimentos e que estes temas devem vir para “estas Assembleias” e que em anos anteriores nas atas, não se viam estes sistemas. -----

----Referiu-se à REN e que estava a 70% de risco de incêndio e até 2024 é possível que tenha que acontecer. -----

----Disse esperar que sejam céleres na reposição dos pavimentos e valetas, aquando das obras executadas pela APIN na colocação de canalização e que outras empresas poderiam aproveitar os trabalhos para colocarem outras condutas de telecomunicações por exemplo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, referiu ter contactado o Gabinete Florestal da Autarquia na pessoa da senhora Eng^a Sofia Ramos, por causa da vespa do galho do castanheiro e mostrou-se agradado por terem respondido com prontidão. Foram vistoriar os castanheiros e que quando consideram oportuna a largada dos parasitoides, o foram fazer com todas as condições. -----

----Disse faltar responder se a Proteção Civil está preparada para uma catástrofe no IC8 em termos de matérias perigosas. Sabe que aquele itinerário não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim das Estradas de Portugal, daquela apenas, a segurança dos municípios. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, considerou que uns minutos a mais que se passa neste ponto, considerou ser mais produtivo, que noutros. Lamentou que em sessões anteriores “noutros tempos”, o executivo não respondia às questões, apesar de considerarem terem que ser por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----Lamentou que o concelho esteja a ser “esquecido”, pois com os painéis solares, onde os Municípios não são consultados, “cartas de perigosidade de incêndios” igualmente, que são reflexo do país que “nós temos”, que está um caos e que há imensas pessoas sem médico de família. Disse ainda não ter grande esperança na reunião com o Ministro da Saúde, apesar de estar agradado da disponibilidade daquele para reunir. Que os Municípios nas matérias mais sensíveis não são ouvidos e que as comunidades intermunicipais, onde os interesses de Leiria, de Porto de Mós não são os mesmo de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e que os da Covilhã, do Fundão não são os mesmos que os da Sertã e então considerou ter-se que pensar numa união de concelhos que faça sentido, “que nos defina”, união essa que seja a aposta do futuro. Lamentou ainda não se ter uma Associação Nacional de Municípios que defenda os municípios, sobretudo os pequenos. Prosseguiu e disse não querer politizar, no entanto se “estamos” em perigo relativamente aos incêndios, questionou o que já foi feito pois continua-se desordenadamente e as consequências podem ser desastrosas, apesar do esforço dos Municípios nas limpezas, o que o Estado deveria fazer para colmatar este déficit era efetivamente colaborar com as Autarquias. -----

----Referiu a questão da saúde, sendo de opinião que não deverão ser descurados locais, em detrimento de outros, pois considerou não ser solução. Será a mais fácil, mas disse não ser o caminho a seguir. -----

-----Quanto ao Plano da Floresta Contra Incêndios, recorda que em 2017 foi quando falhou a água e antes a luz e ter sido aquela tremenda tragédia, pelo que questionou se existem geradores nos pontos de água, que a APIN tenha diligenciado. Disse ser de extrema importância a colocação efetivamente dos geradores, pois que em caso de incêndio garantam que se continue com a distribuição de água pelas populações sem constrangimentos, aquando da falta de luz. Questionou ainda se já foi fiscalizada essa matéria pela da Câmara Municipal, pois é sua responsabilidade fiscalizar, dado ser sócia da APIN. -----
-----Questionou se os Sapadores Florestais foram convidados, se não o porquê, pois considerou que fazem parte dos meios de proteção. -----
-----Quanto à matéria da Piscina Municipal, questionou de quem é a responsabilidade das falhas sucessivas e de não estar a laborar, tanto mais ter uma taxa de assiduidade elevada, se política, se técnica ou se de quem fez a reconstrução das obras, pois considerou existirem responsáveis. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr^a Margarida Guedes**, disse não ter ficado esclarecida em relação à matéria de Vila Facaia, se esteve na reunião de rede escolar ou não. -----
-----Dissertou ainda sobre pensar que o Poder Central estar lá em baixo e vai “debitando” para as nossas zonas algumas orientações, responsabilidades, com estas três “epifanias”, nomeadamente a “carta de perigosidade”, que considerou ser “uma desgraça”; com os “painéis solares” sobre uma parte importante da Barragem e agora a matéria do “transvase”, que disse “nos influenciarem bastante”. Ressalvou não lhe parecer bem, dizer-se que este governo é culpado de tudo, pois prosseguiu referindo aquando dos incêndios, não ter havido por parte das Câmaras posições concertadas, para fazerem alguma coisa de relevante, ou para que houvessem propostas concretas para colmatar as deficiências surgidas. Se efetivamente os territórios tivessem sido pioneiros e tivessem sido capazes de criar projetos/matérias concretas nessa medida, não teríamos agora, em sua opinião, estas ideias sem lógica “que nos podemos queimar”. Lamentou que não haja união, que nunca se tenha efetivamente feito nada para se tirar partido do rio, nem para turismo, nem economia, nem equipamentos. Tem que haver decisão política, tem que se ir aos locais e alertar para estas matérias, pois, a título e exemplo, a “carta de perigosidade” considerou, ser um segundo incêndio. A terminar concluiu que “se tivéssemos empreendimentos importantes à beira rio, os empresários “mexiam-se porque o dinheiro era deles; como não temos, faz-se o que se quer, sem termos uma palavra a dizer”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, considerou que nunca houve tanta hipótese de “pedir”, como o executivo que esteve em 2017. Disse que discorda que o ordenamento do território não deve ser imposto pelas Autarquias, que deve ser vertical, pelo Governo. Relembrou o tempo que a Dr^a Margarida Guedes, enquanto Vereadora fez faixas de limpeza, os proprietários trataram o Executivo e funcionários mal! Disse ainda que o plano tem que vir de cima, tem que ser imposto pelo Governo, as exigências têm que ser reclamadas junto do Poder Central e que nos últimos anos os Executivo não têm hipótese, apenas limpezas e manutenção. -----
-----Lamentou ainda que os Sapadores Florestais com extintores e formação, tenham que parar de trabalhar às 11 horas e depois que o tempo é insuficiente para os trabalhos que deveriam ser feitos. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou mais uma vez a intervenção do Coordenador da Proteção Civil para fazer dissertar sobre o que houver por conveniente. -----

-----**O Coordenador da Proteção Civil Eng.º Rui Alves**, disse que em relação à falta de componentes elétricos, ou seja, modos auxiliares de injeção de energia elétrica nos pontos de água, o Município não é efetivamente detentor de nenhum gerador. A empresa já foi alertada já “fizemos” reunião com a empresa sobre essa matéria e está consensualizada para esse facto, tal e qual como a energia elétrica a EDP também está consensualizada nesse aspeto e quando há necessidade, coloca um gerador para fazer essa reposição de energia. -----

-----As outras questões têm a ver com matérias perigosas e como se sabe é Autoridade Nacional de Emergência e de Proteção Civil quando há um acidente desse tipo, é que toma o comando da operação. Os Bombeiros estão treinados para esse fim e sendo que a única equipa disponível na zona centro, dada a complexidade e o valor que é despendido para ter equipamento desse género, são os sapadores de Coimbra, que são ativados ao minuto, sempre que seja exigência, são “Aldeias Seguras Pessoas Seguras”. -----

-----O porquê de não estarem Sapadores nesse simulacro, em sua opinião as duas equipas que temos de Sapadores são fundamentais noutra tipo de intervenções, não nas evacuações das populações, mas sim vigilância e deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo. Compete então à GNR, aos serviços da Segurança Social, ao Município e aos Bombeiros fazerem a evacuação das populações, logo por isso não estiveram no simulacro da “Aldeia Segura”! -----

-----O **senhor Presidente da Câmara Municipal**, mais uma vez prosseguiu nas respostas aos Membros da Assembleia Municipal e respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Graça senhor Custódio Rosa, disse que o parque de máquinas está no estaleiro e efetivamente as reparações demoram e que não são feitas tão rapidamente, quanto o pretendido. Fez-se o concurso e o fornecedor só a partir daqui a duas ou três semanas fará o trabalho. Está a equacionar que futuramente se possam candidatar para colmatar esta falha e que prevejam uma situação de reequipamento dos Municípios. -----

-----Em relação às Comunicações disse estarem com um processo de acréscimo da fibra ótica da Altice, que têm protocolo para assinar e ainda tem uma antena da Vodafone para instalar. -----

-----Ainda sobre esta matéria questionou o responsável da **Proteção Civil senhor Engenheiro Rui Alves** se o SIRESP funcionou? Pelo que o mesmo respondeu afirmativamente. Disse ainda que o problema daquele, é quando há um aumento brusco do acesso à rede, aí é que tem que o reforçar e serão a Autoridade e o próprio SIRESP a fazer o reforço móvel, como aconteceu em 2017. Em ocorrências normais disse “estarmos perfeitamente satisfeitos com as telecomunicações”. “Temos” mais duas redes ROB nos Bombeiros e rede da Proteção Civil. -----

*

O Membro da Assembleia Municipal **Dr. António José Figueira Domingues**, ausentou-se da presente sessão. -----

*

2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, fez referência aos documentos enviados para os membros da Assembleia Municipal, relacionados com a situação financeira do Município a 21 de abril de 2022, disse ser o saldo atual das dívidas a Empreiteiros de 60 609,01€ (sessenta mil, seiscentos e nove euros e um cêntimo), a Fornecedores de 125 932,90€ (cento e vinte e cinco mil novecentos e trinta e dois euros e noventa cêntimos), o Resumo Diário da Tesouraria na mesma data de Operações Orçamentais de 3 436 090,48€ (três milhões quatrocentos e trinta e seis mil, noventa euros e quarenta e oito cêntimos) e operações de tesouraria de 149 229,07€ (cento e quarenta e nove mil duzentos e vinte e nove euros e sete cêntimos).-----

-----Disse ainda terem as Participações em Sociedades e Não Societárias. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo** em relação às obras referiu-se aos mapas e os mesmos virem às sessões há muitos anos e concorda. O problema é quando uma obra se inicia, vai a concurso e não foi adjudicada, sai dos mapas e não há mais informação, pelo que deixa uma sugestão em que seja criada uma coluna, onde essas obras sejam explanadas. -----
----Referiu ainda que o Parque Caravanismo da Graça não constou na última lista, nem desta e não saber qual o ponto de situação. -----

*

3. Propostas da Câmara Municipal: -----

3.1. Apresentação e conhecimento da proposta de “Alteração por adaptação e entrada em vigor de leis (artigo 121.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio)”- PDM. -----

3.2. Apresentação e conhecimento da proposta de “Três alterações ao PDM por correção material de acordo com o artigo 122.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio”. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal senhor **Dr. Raul Garcia** sugeriu a discussão dos dois pontos em conjunto. -----

----De seguida deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Dr. António José** que por sua vez, solicitou a intervenção do senhor Gestor do Território **Dr. Bruno Gomes**. -----

----- **O Gestor do Território Dr. Bruno Gomes**, referiu que o primeiro erro material, deriva do fato de termos uma área prevista em regulamento de espaço de uso especial – Indústria, armazenagem, serviços e logística, que depois na planta de ordenamento não está prevista, porque passou este zonamento a espaço de atividades económicas, quando em 2015 foi aprovado. Acabou-se por retirar e alterar à última da hora e basicamente agora no Regulamento existe por norma e não existe em lado nenhum no concelho em planta, desta forma é só retirá-la, é uma redundância. -----

----Outro erro material no regulamento, que remete para o artigo anterior (que é o 67º), mas aparece redigido 49º, e uma gralha escrita que remete para um artigo que não tem nada a ver.-----

----O último erro material é uma gralha que acontece na vila de Pedrogão Grande nas zonas de elevada e média densidade de construção, onde há uma classe que é alta densidade tem a ver com a questão do loteamento ao lado do centro de transportes, que envolve os dois blocos para legalizar um bloco, ficou com alta densidade e depois há uma outra parte da vila que está como média densidade. No entanto, quando vemos os planos urbanísticos no regulamento de 2015, diz duas vezes que é alta densidade, quando uma é alta densidade e a outra é media densidade. Assim, na parte do Regulamento do PDM, é só dizer qual é que uma e qual é outra, para que não haja dúvidas. -----

----No fundo são 3 erros materiais de escrita, sendo que em relação ao erro material de alta e media densidade, este já teve um parecer por parte da CCDRC, porque houve essa dúvida e pediu-se há 2 ou 3 anos atrás, esse parecer, só que o processo nunca se concluiu. -----

----Relativamente há questão anterior das condicionantes dos 10 anos após o fogo, o Município por causa da antena de telecomunicações, que esta para se localizar na zona de Escalos Fundeiros e Coelhal, fez essa pergunta à CCDRC se era uma condicionante o facto de ter ardido ou não, e não se aplicando, que era a nossa opinião, se podíamos revolver num processo simples de alteração ao regulamento do PDM, e se este procedimento que estamos a propor era o correto, a CCRC informou que sim, o procedimento simplificado da alteração por alteração da lei, pelo que, como técnico tenho esse conforto dado pela CCDRC. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, disse que se admira que desde 2015 não tenha sido feita nenhuma correção. -----

----Disse ainda ser de opinião que é bom haver outras entidades acima das Câmaras Municipais, para estas questões do Ordenamento. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, questionou se a Câmara Municipal ainda tem algum poder sobre o seu PDM, sobre a gestão do seu território naquilo que permite. Ainda se mantendo este ónus e de áreas percorridas por incêndios nos últimos dez anos, não constrói salvo raríssima exceção é efetivamente ilegal a Câmara Municipal não o pode fazer? -----

----- **O Gestor do Território Dr. Bruno Gomes**, disse que administrativamente vamos condicionar a parte do concelho que ardeu e o Município não teve um pequeno fogo e no caso de um pequeno projeto em solo rural seja lá, de quem for e o que seja, ninguém pode fazer, porque não é que a lei não permita, mas o PDM que está em vigor, os técnicos da Câmara Municipal dizem que está previsto no regulamento do PDM, e mesmo que a pessoa queira pedir a exceção, não o pode fazer, porque o Ministério do Ordenamento do Território e do Ambiente, não vão responder a uma lei que já não existe, por isso, é que o Município está a fazer uma alteração simplificada. -----

----Disse não ser ilegal manter esta proibição, a Câmara Municipal pode-o fazer, é uma decisão política, mas o Município está a condicionar e as pessoas ficam suspensas e logo proibidas por uma lei que não existe, os processos ficam parados por causa da “carta de perigosidade”, mas nem a Técnica Florestal nem a Arquiteta se atravessam sobre esta situação, apesar da lei ter sido extinta pelo Governo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, respondendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque votaria contra, ora o que está, considerou não ser ilegal, não há plano superior que preveja, mas “nós” a nível de PDM, “temos este ónus”. Prosseguiu e que a lei, quando foi criada teve um objetivo como quando se criou por exemplo o preço da madeira ardida, onde se tabelou zonas percorridas por incêndios, tinha um rácio e que é o não potenciar fatores criminosos - incêndios para que depois haja um benefício económico. Disse termos que saber o que queremos do nosso território, não havendo este obstáculo podemos potenciar sem saber incêndios porque depois as pessoas vão ter benefícios económicos, não permitirmos “aquilo que é a nossa floresta”. Disse ainda que foi contra os painéis solares e se” temos que apostar no turismo, temos que diferenciar e abrir exceção” e como disse o Dr. Bruno Gomes, isto é uma questão política. A lei quando foi criada na altura foi para proteger estes territórios e foi para evitar que houvesse mão criminosa, para proibir certas condutas. Disse ter-se que combater essa “carta de perigosidade” e não deixar” entrar tudo” e não se pôr limite a nada e se os outros concelhos aboliram, nós por arrasto temos que o fazer, mas considerou ser mal! Tem que vir à Assembleia Municipal, assim como o regulamento da ALE, disse ainda não considerar legal ir ao Órgão Executivo e não ao Órgão Deliberativo Também, disse ser uma alteração ao PDM, havia uma restrição e agora deixou de haver. -----

----- **O Gestor do Território Dr. Bruno Gomes**, disse ser sua opinião, que como a alteração foi imposta pela extinção da lei, está é inócua, não se aplica, esta lei surgiu para proteger as zonas verdes nas zonas urbanas dos grandes centros, para evitar a dispersão urbana, havia esse perigo. -----

----Hoje em dia é muito difícil construir mesmo em solo rural, o que assistimos é que 80 % do concelho não se pode construir em lado nenhum. As entidades a quem requeiram a suspensão desta norma, já não tem essa competência, qualquer pedido que haja não tem resposta, no entanto, a pessoa tem que respeitar o PDM. -----

----Relativamente à questão da segurança e da proteção civil, há regras para cumprir, mas se mantivermos todos os projetos ficam fechados e cancelados, porque não tem quem responda aos pedidos, porque nem o Ministério do Ambiente nem o Ordenamento do Território vão responder a um pedido como antigamente, se não for retirada esta norma os cidadãos e empresas têm obrigatoriamente de respeitar os 10 anos sem construir e estamos a condiciona-los. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, referiu que o PDM é uma resolução do Conselho de Ministros e que revogou este artigo foi um Decreto Lei, é retirado e o espírito deste artigo, recai dos instrumentos de Gestão Territorial, que os Municípios deviam ter e têm e como o Dr. Bruno referiu que limitam também o espaço. Quando a lei entrou havia PDM, que não tinham regulamentação e isto era uma maneira de travar esse tipo de situações criminosas, como foram referidas. Partindo do princípio que o concelho já tem cartas de ordenamento, carta de risco de perigosidade que também limita este artigo, deixa de fazer sentido, até porque também uma lei se sobrepõe, a uma resolução do Conselho de Ministros! Continua a ter uma reticencia de “não termos outros instrumentos que permitam isto”, o problema de estarmos a criar aldeias novas, onde possivelmente já existiram há muitos anos, constatando-se o desaparecimento de aldeias que haviam e o aparecimento de novas aldeias. Considerou que o Município deveria partir para a consolidação das nossas aldeias, que venham os estrangeiros, mas que venham para consolidar e não para criar aldeias novas. Deste artigo nada há a fazer em o retirar, havendo outros instrumentos, disse que é pena é que a Câmara Municipal não tenha outros instrumentos, por exemplo uma carta de REN miserável, que deste modo já teria então uma limitação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Drª Margarida Guedes**, disse entender que o PDM, não pode ser só para conhecimento pois é um instrumento de Gestão do Território que vem às Assembleias para deliberação em tudo o que se refere a modificação. Disse ser totalmente a favor da primeira cláusula em causa, enquanto instrumento de Gestão do Território, mas concorda com o Eng.º Luís Crespo quando refere ter que haver um outro instrumento de gestão, exatamente porque aquando dos incêndios havia pessoas que não se sabia que estavam a viver no meio da floresta, sendo as mesmas quase autênticas aldeias. Salientou novamente ser preciso que o Executivo pense num outro instrumento de gestão. Entende ter este documento duas questões que deviam vir para deliberação. A primeira decorre da lei, concorda, a segunda se decorresse só da lei, não tinha ido à Câmara Municipal, pois era um mero procedimento administrativo e a terceira alteração, contém três pequenas alterações, em que uma delas é que tem a proposta da densidade média ou alta até pode ser para regular uma situação, mas não foi um mero ato administrativo. -----

-----A terminar disse que apesar de concordar com as alterações propostas, entende também que quando se mexe neste tipo de documento, “temos mesmo” que descer à estrutura onde foi aprovado. --

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe** – referiu que são abordagens, que se tem que ter em atenção e o que “nos move a todos é o interesse, o crescimento e a atratividade de Pedrógão Grande”. Viu-se o cruzamento de três coisas uma é a parte legal e tem que vir à Assembleia, a segunda a parte económica e macroeconómica em termos de desenvolvimento e o se ter cautela. A terceira parte é a que o Eng.º Crespo referiu de onde é que se autoriza a construção. Preocupa-o a parte legal que tem que se respeitar e o que o Dr. Bruno referiu se há uma lei geral, mas se a lei geral deixou de existir, foi por alguma razão, então deve partir-se de cautelas, para não haver especulação. Preocupa-o ainda a parte económica, e que as outras não sejam descuradas, mas vê Pedrogão a “encolher”, pessoas a envelhecer a desertificar, os estrangeiros esses começam a povoar a região, e outros tantos que nos visitam, pelo que não podemos descurar essa parte, pois verdadeiramente “não temos pessoas”. -----

-----O teletrabalho só teve sucesso com a pandemia, temos que ser legalistas, acautelar a parte urbanística, mas temos que ver a parte económica e o crescimento está na intervenção enquadrada com as regras, pensar em Pedrogão Grande e a maneira de ultrapassar a parte social e saúde e o bem-estar. Não descurar ter em consideração setores de atratividade, ter condições, boas vias de comunicação e Internet, sem dúvida. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse compreender o Dr. Bruno Gomes em querer ver questões técnicas resolvidas e pode ser um impedimento, não põe em causa. Disse não ter

feito análise jurídica, mas política, tem que vir ao Executivo, CCDRC e voltar à Assembleia, estamos aqui como Órgão Deliberativo. Disse ainda que concordou com o Eng^o Crespo e promover o que existe aglomerados que existem e não criar outros custos de infraestruturas. Disse ter que ser dimensionado, mas a dúvida que não tenha que ser aprovado pela Assembleia Municipal e que o Dr. Bruno referiu haver um vazio, que não há ninguém que aprecie aquelas exceções, disse ter dúvidas. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe**, disse que pragremáticamente falando, perguntou se é obrigatório vir à Assembleia Municipal para aprovação ou não? -----

-----Acrescentou que existe uma determinada lei, que neste momento foi suspensa e o PDM Municipal não está de acordo com a lei geral ajusta-se ou não, se ajusta e é o que tem que se decidir. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.^o Luís Crespo**, questionou relativamente à adaptação quando foi a integração do POA, da primeira revisão por adaptação, se veio à Assembleia para aprovação? Concluiu ter vindo para conhecimento! Sendo esta “uma simplificada”, pensa que responde à questão. -----

----- **O Gestor do Território Dr. Bruno Gomes**, disse que o projeto dos painéis fotovoltaicos foi à Assembleia Municipal para reconhecimento de interesse municipal, isto é, a Câmara Municipal declarou o projeto de interesse Municipal que era um dos requisitos depois ir para o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território pedir a dispensa / isenção. o que acontece nesta situação é que a Câmara Municipal pode declarar todos os processos de interesse publico, neste caso, não tem quem os analise e o processo fica administrativamente parado. -----

-----"Quero pedir desculpa, posso não ter explicado bem, mas enquanto técnico sinto-me confortável porque o procedimento que está aqui teve um pedido de informação sobre a questão da alta e da média densidade, e há um parecer da CCDRC a confirmar o procedimento e relativamente à alteração por alteração da condicionante das áreas percorridas por incêndio temos um email da CCDRC a confirmar o procedimento de alteração por alteração que decorre da lei, que permite fazer esta alteração. Que refere ainda que aprova o órgão, que aprovou a proposta que foi a cm, e que a Câmara Municipal tinha de dar conhecimento à Assembleia Municipal e posteriormente à CCDRC culminando com a publicação no Diário da República". -----

-----Disse ainda que a questão da alta e da média densidade, “não estamos a alterar os índices, dizemos é que na planta de ordenamento existe uma zona que é alta densidade e outra zona que é de media densidade e no regulamento dizemos que existem duas zonas uma de alta densidade e outra de media densidade, e os índices urbanísticos para a altas densidades são estes e para a média densidade são estes, que na prática tem menos um piso. Não estamos a mexer em índices urbanísticos estamos a retificar uma gralha escrita, uma vez que dizia duas vezes alta”. -----

-----Na alteração para transposição do POA, disse que não ocorreu alteração das plantas nem do regulamento e foi uma alteração, por alteração da lei e também foi só para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, disse se tem parecer jurídico do ponto de vista de procedimento, parece-lhe bem, no entanto a Assembleia é deliberativa e fiscalizadora.

-----Após apresentação e conhecimento da proposta de **“Alteração por adaptação e entrada em vigor de leis (artigo 121.º , do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio”- PDM**, os membros da Assembleia Municipal, tomaram conhecimento da mesma. -----

-----Após apresentação e conhecimento da proposta Apresentação e conhecimento da proposta de **“Três alterações ao PDM por correção material de acordo com o artigo 122.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio”** os Membros da Assembleia Municipal, tomaram conhecimento da mesma. ----

*

3.3. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Declaração de reconhecimento do interesse Municipal para as populações e a economia local do projeto “Promoção e Valorização do Património Cultural e Imaterial da Aldeia da Picha, o Pinheiro-Bravo, a Resina o Resineiro: Rota da Picha e do Resineiro”. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, começou por apresentar a proposta, informou que foi submetida a candidatura supra, tendo como objetivos: Melhorar as infraestruturas da coletividade local, onde a comunidade passará a desenvolver atividades culturais de empreendedorismo social de base comunitária; Promover o turismo cultural e criativo por via do contato com a comunidade local e participação dos visitantes em atividades criativas *“in loco”*; Capacitar e conseqüentemente promover o envolvimento da comunidade na vida criativa e destino turístico; Preservar e valorizar os elementos paisagísticos bem como, os elementos que constituem o património cultural e imaterial do território; Dinamizar ações de incentivo para assegurar a sobrevivência e exploração das atividades e elementos patrimoniais locais intervencionados e garantir um maior rendimento dos mesmos. -----

-----Proseguiu referindo que o objetivo deste documento é apresentar, comprovar e reconhecer o mérito do projeto "Promoção e Valorização do Património Cultural e Imaterial da Aldeia da Picha, o Pinheiro Bravo, a Resina, o Resineiro: Rota da Picha e do Resineiro" como de interesse público para as populações e para a economia local, pelo que vem o documento à sessão para deliberação, afim de se dar continuidade ao processo de candidatura. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**- começou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal e a Associação Pinhais do Zêzere pela apresentação deste projeto e pelos objetivos associados e esta candidatura. -----

-----Falou dos incêndios de 2017 e Pedrógão Grande ser conhecido a nível Nacional inclusivamente pela aldeia da Picha, *“acabamos”* por ter na área geográfica do nosso concelho, e ser um possível atrativo, que em sua opinião não se tem sabido rentabilizar da melhor forma e ainda ser atravessado pela Estrada Nacional 2. -----

-----Proseguiu e disse que gostaria de ter visto associado a este projeto e seria interessante o lançamento de um doce tradicional, ao qual se pudesse associar o nome da aldeia da Picha e que fosse capaz de promover o concelho de Pedrogão Grande e ainda que basta olhar-se para os concelhos vizinhos que Figueiró dos Vinhos tem o *“pão de ló”*, Castanheira de Pera por exemplo os *“Beijinhos da Princesa Peralta”*, a Sertã os *“Cartuchos de ovos”* de Cernache do Bonjardim. Lamentou, pois, que em Pedrogão Grande acaba-se por não se ter nenhum doce, que promova a termos nacionais. Ainda ser certo que a maior parte do turismo se faz pela gastronomia, pelo que estava à espera de encontrar neste projeto eventualmente uma candidatura para o lançamento de um doce que nos pudesse promover a nível nacional, não estando em causa o reconhecimento a esse nível, deste projeto! Ainda que *“tínhamos”* algumas condições para este lançamento, mexendo um pouco com a comunidade e parecerias entre várias entidades, nomeadamente recorrer ao curso de restauração e hotelaria da ETPZP, envolver o próprio CLDS e a comunidade mais velha e o receituário dos antigos, e ainda a hipótese de se fazer uma pesquisa. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, manifestou o seu agrado pela iniciativa e desejou “força” para o projeto e disse ainda ser este o “caminho que devemos seguir”, para diferenciar o “onde temos que ir, sabendo onde estão” e ainda porque não associar um pequeno percurso pedestre que mostre a transformação da resina e a colheita, o que considerou ser excelente. A terminar considerou ser este o caminho, que nos pode diferenciar. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. Raúl Garcia colocou a votação o documento, que após apresentação e apreciação da proposta - **“Declaração de reconhecimento do interesse Municipal para as populações e a economia local do projeto “Promoção e Valorização do Património Cultural e Imaterial da Aldeia da Picha, o Pinheiro-Bravo, a Resina o Resineiro: Rota da Picha e do Resineiro”**, foi a mesma aprovada por **unanimidade**. -----

*

3.4. Apresentação, apreciação e votação da proposta da “3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano”. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, sobre a matéria informou que esta revisão é sobretudo para a inclusão do projeto “Renovação de Aldeias”, pois, no âmbito do Aviso de Candidatura Nº003/GAL-Pinhais do Zêzere/10.2.1.6/2022 – Renovação de Aldeias”, é intenção do Município apresentar candidatura para intervenção na aldeia da Picha, preservando, conservando e valorizando o património imaterial de natureza cultural e social do território, com recursos a diversos meios, promovendo o empreendedorismo social. Para o efeito procedeu-se à criação da GOP 3 342 2022 123 -Renovação de Aldeias, encontrando-se a mesma decomposta pela Ação1-Aldeia da Picha e Ação 2 – Outras Aldeias de modo a submeter a candidatura ao abrigo do “Aviso de Candidatura Nº003/GAL-Pinhais do Zêzere/10.2.1.6/2022 – Renovação de Aldeias” e que este projeto conste das Grandes Opções do Plano. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação, após apresentação e apreciação a proposta da **“3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano”**, tendo a mesma sido aprovada por **unanimidade**. -----

*

3.5. Apresentação, apreciação e votação da proposta “para apreciação e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Pedrogão Grande, relativos ao ano 2021”. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, iniciou a sua intervenção, referindo que os Municípios nos termos da lei são obrigados a apresentar contas consolidadas com as suas entidades detidas ou participadas, enquadrando-se o Município de Pedrogão Grande desde o ano de 2019 nesta condição, fruto da criação e integração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA. -----

-----Proseguiu, tendo mencionado que a APIN se encontrava excluída do perímetro de consolidação orçamental, pelo que tal perímetro se limitava ao próprio Município, sendo replicadas nestas contas consolidadas as demonstrações orçamentais individuais do Município. -----

-----Por sua vez, e, referindo-se ao perímetro de consolidação de natureza financeira, disse ter sido adotado o “Método de Equivalência Patrimonial”, também designado como “Método Simplificado de Consolidação”, por via do disposto na “Norma Contabilidade Pública 22”. -----

----Continuou tendo efetuado uma breve análise sobre alguns indicadores Económico-financeiros, verificando-se que a estrutura reage confortavelmente, olhando à liquidez imediata que permite acudir em caso de responsabilidade a curto prazo 3,29 vezes essas responsabilidades. A rentabilidade baixou ligeiramente fruto de os resultados líquidos serem negativos, a solvabilidade e autonomia financeira aumentaram, indicando uma solidez financeira e capacidade de honrar todos os seus compromissos. ----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, iniciou a sua intervenção, referindo que uma vez mais o Documento que havia sido apresentado, se encontrava muito bem detalhado e perceptível. -----

----Mais mencionou que aquando da aprovação das contas individuais do Município, votadas na última sessão, a participada Petroensino – Ensino e Formação Profissional, Lda., havia também ela sido consolidada pela aplicação do MEP – “Método de Equivalência Patrimonial”, verificando-se que no caso da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA, seria aplicado o mesmo método. -----

----Prosseguiu e solicitou esclarecimento relativamente às restantes participações que se encontram valorizadas ao seu custo histórico com o seu valor de aquisição, e se eventualmente estas participações poderão ser em algum momento ajustadas de acordo com o seu justo valor na hipótese de um dia serem vendidas, a valorização destas participações não ser ao seu custo de aquisição, se atendermos aos capitais próprios destas comparticipadas, terão um valor diferente. -----

-----**A Técnica Superior Dr^a. Sandra Martins**, presente e após pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes, tendo dito, que tem vindo a assistir-se nos últimos anos, os Municípios a recorrerem a formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa lógica de grupo municipal. -----

Mais referiu, no caso concreto do Município de Pedrógão Grande, este Grupo Autárquico, ser composto pelo Município e pelas entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades, assim, alegou que a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA, enquanto entidade designada como “Empresa Local”, integra o perímetro de consolidação de natureza financeira, em consonância com o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, devendo ser consolidada proporcionalmente e independentemente da participação detida pelo Município. -----

----Relativamente, às outras entidades que compõem o grupo Público Municipal da Autarquia, disse que as mesmas não reuniam as condições, nos termos da lei, para serem consolidadas.-----

----Em relação ao pedido de esclarecimento solicitado, afirmou que considerando que tais participações serão para manter e não transacionar, era de entendimento que se deva aplicar ou o custo histórico inicialmente reconhecido ou o MEP, sendo que este último caso será de excluir uma vez que as entidades não fazem parte do perímetro de consolidação, situação esta aplicável às entidades APIN e Petroensino. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação, após apresentação e apreciação da documentação, a proposta dos “**Documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Pedrógão Grande, relativos ao ano 2021**”, tendo a mesma sido aprovada por **maioria com cinco (5) abstenções e doze (12) votos a favor**. -----

*

3.6. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Reafectação da Finalidade do contrato de crédito a Médio/longo prazo inicialmente contratualizado para o financiamento do

programa integrado de valorização turística da Albufeira do Cabril”. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes** disse ser referente à reafecção da Finalidade do Contrato de Crédito a Médio/Longo Prazo inicialmente contratualizado para o Financiamento do Programa Integrado de Valorização Turística da Albufeira do Cabril. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, referiu que: -----

-----“Bem, penso que todos agora percebem porque tem que ser mudada, a forma de apresentação da relação de obras”. -----

-----“Que “Hoje esta Assembleia foi informada sobre a perda de mais um projeto fundamental e fulcral para o nosso concelho -o Projeto da Reabilitação Turística da Albufeira da Barragem do Cabril. Relembrando que quando o anterior Executivo sufragou a esta Assembleia este empréstimo, o mesmo contou com a abstenção da bancada do PSD. No entanto essa bancada elogiou o projeto como de interesse para o concelho, bem como de outros que se estavam a desenvolver”. -----

-----Disse “Ficamos também a saber que a comparticipação dos projetos das depressões Fabian e Elsa, não vão ser reforçadas como o senhor Presidente da Câmara Municipal, aqui referiu na Assembleia Municipal de fevereiro”. -----

-----Proseguiu e que “Por outro lado, assistimos a entrevistas do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que seria necessário existirem contrapartidas para a instalação dos painéis fotovoltaicos na albufeira do cabril”. -----

-----Ainda que “Está à vista que perdemos um dos melhores argumentos a somar a outros que temos vindo a perder, no sentido de demonstrar todo o interesse que havia na consolidação turística desta margem da Albufeira”. -----

-----"Este Executivo ainda não percebeu o que custa aprovar e gerir uma candidatura, bem como é difícil assegurar as fontes de financiamento". -----

-----"Para planificar, submeter, gerir, controlar candidaturas é necessária ter uma equipa forte e coesa. Equipa essa com conhecimento alargado, visão, agilidade, disponibilidade e sobretudo interesse no desenvolvimento do concelho". -----

-----"Uma equipa nesta natureza no dia a seguir à tomada de posse inteirava-se integralmente de todos os projetos, realizava todas as diligências necessárias para assegurar a continuação dos procedimentos em curso. E procurava agarrar cada oportunidade como da última se tratasse, sim porque será difícil voltar a haver uma oportunidade desta para a requalificação daquele espaço". -----

-----"No caso da comparticipação relativa aos danos provocados depressões e independentemente das promessas, o Executivo o que deveria ter feito era colocar a sua equipa na busca incessante de outros financiamentos complementares. Fez-se? Julgo que não! “. -----

-----"Assim de acordo com o que nos é apresentado optou-se pelo caminho mais fácil e mais cómodo... Perder uma candidatura e transferir esse dinheiro para a resolução de outros problemas que, entretanto, surgiram e que só foram acompanhados de uma certa inercia”. -----

-----"Quem sai zelado com isto são os Pedrogueses, não só aqueles que acreditaram no projeto deste Executivo como todos os outros que anteviram esta gestão. Por isso o meu voto será contra a transferência do empréstimo para outras empreitadas!". -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, disse ter uma dúvida e se o “Programa Integrado de Valorização Turística da Albufeira do Cabril” “não morreu”, disse perceber o “sobressalto” do que se pretende para a Albufeira, todas estas possibilidades para o desenvolvimento do concelho, poderia ser muito importante, considerou. Disse manifestar a sua concordância, sabendo de antemão que os vereadores aprovaram, com a ressalva de que farão tudo no sentido de que este projeto não caia. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, disse que “não nos revíamos mas louvámos o projeto”. “A Câmara também veio pedir o aval para o empréstimo dos 300 mil euros junto do BPI, que não obteve visto do Tribunal de Contas”, “porque foi mal contratualizado, responsabilidade do outro Executivo”. Disse ainda que o projeto foi adjudicado na altura e ficou deserto. “Tinham perdido os 300 mil euros, ressaltar que este projeto não caiu e muito menos por culpa deste Executivo.”
----Disse ser intenção de aprovar, mas, no entanto, que falta aqui “uma coisa”. Disse “até pode concordar com a reafecção, política de racionalidade, já houve financiamento dos 150 mil euros, mas não tem ao certo, o que é a reposição das infraestruturas danificadas, pela depressão Elsa e Fabien e “ai é que convinha ter precisado aqui à Assembleia, do que estávamos a falar, quer saber para que serve esta reafecção de recursos e a que se destina”. “A que se destinava já sabia o que era, mas agora a que se destina falta aqui, esses pormenores para saber em que que vai ser gasto”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr^a. Margarida Guedes**, referiu que o facto de o projeto ser importante, isso, não passa de um projeto. Contudo a “razão de ser do empréstimo não é do projeto, é do empréstimo”. E as razões para o empréstimo não foram confirmadas pelo Tribunal de Contas que ainda não deu o visto. Assim, ainda sem visto quer se reafectar o empréstimo a outro quando a este projeto faltam ainda cerca de 400 mil euros? Quando ele foi para adjudicação, a Câmara Municipal já sabia que contava com um empréstimo de 300 mil euros. Mais disse custar-lhe a crer que muros e rede viária, intempéries do Fabien e da Elsa, custem esse dinheiro. -----
----Disse ainda que empréstimos normalmente servem para obras propostas e visíveis. -----
----Acrescentou que apesar de ter gostado da informação técnica, continua sem a garantia que este empréstimo tenha visto favorável pelo Tribunal de Contas. -----
----Prosseguiu e disse que se a Câmara Municipal quiser voltar a candidatar este projeto, eventualmente com outro nome pode sempre esperar por um overbooking, ou pelo PRR. Entendeu não ver a utilidade, nem a oportunidade de nesta altura, se fazer a reafecção deste empréstimo, que ainda não é efetivo e não se sabe o resultado do Tribunal de Contas. -----
----Acrescentou ter dúvidas que este projeto seja mais alguma vez considerado para a Albufeira do Cabril e nestes termos não pode vir e quando vier será muito mais caro. O empréstimo tem que dizer a que deve ser alocado. Considerou que há aqui demasiadas falhas, para uma reafecção do empréstimo a obras de muros e estradas. -----
----Referiu ainda não concordar com a reafecção deste projeto a outras obras e que os empréstimos são bons para o desenvolvimento do concelho, desde que induzam ao desenvolvimento e ao progresso. Neste contexto e deste modo não concorda. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António José Lopes**, disse que o investimento não é concentrado, que vai ser disperso pelas várias localidades do concelho, alguns valores pequenos certamente e outros mais elevados, terá essa visibilidade. -----
----Referiu uma listagem em termos de valores: “ponte da Ribeira do Nodel na Grande Rota do Zêzere ficará em 157 mil euros e já está pedido parecer a APA; Conjunto de pequenas obras entre os mil e os dez mil euros e catorze mil euros; reconstrução suporte do muro da fonte nos Covais- Graça - 15 000,00 euros; Reconstrução da ponte na rua dos sete ofícios na Nossa da Senhor Da Piedade 74 000,00mil euros; Estabilização de talude na EN2 talude derrocado 32 000,00 euros; reparação nas calçada da ponte filipina 30 000,00 euros”. -----
----Prosseguiu e disse serem “obras que já estamos a desenvolver e tantas outras”. Relativamente a questão apresentar a candidatura vai ser com o mesmo nome, valores serão outros, a obra não avançou porque empreiteiro desistiu apesar de ter feito um esforço e não se poderia arriscar, ficar com o concurso deserto de novo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, disse que os preços aumentaram efetivamente, e que o Tribunal de Contas, também demora, dizendo que possivelmente haveria outras fontes de financiamento. -----

----Referiu ainda que a obra na Ponte de Pera já foi concluída. Que não tem nada contra os financiamentos. Não desperdiçar oportunidades e que “não se pode ir a todas”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, considerou que efetivamente tanto para si como para a bancada do PSD, este ser um projeto que não avançou e que o Executivo não tem culpa mas que é para avançar. Ambos os partidos reconhecem a mais valia do “Projeto de Valorização da Albufeira do Cabril”, disse que o Executivo fará a afetação que bem entenderem e que está suficientemente elucidado para a reafecção que querem e disse não haver objeção da bancada em aprovarem. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação o documento, que após apresentação e apreciação da proposta de “**Reafecção da Finalidade do contrato de crédito a Médio/longo prazo inicialmente contratualizado para o financiamento do programa integrado de valorização turística da Albufeira do Cabril**”, foi o mesmo aprovada por maioria com cinco (5) votos contra e doze (12) votos a favor. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Drª. Margarida Guedes** fez uma Declaração de voto da não aprovação da reafecção deste empréstimo, porque o empréstimo ainda não teve o visto prévio do Tribunal de Contas. -----

*

5. Intervenção do Público. -----

O munícipe senhor Luís Cunha, começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como todos os presentes na sessão. -----

----Referiu que em maio de 2019 foi feita uma reparação da conduta da água, em frente da sua residência sita na Rua da Tapada da Ladeira, pela empresa APIN e até à presente data não foi terminada a pavimentação. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu não haver mais intervenções. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade** com zero (0) votos contra; zero (0) abstenções dezoito (18) votos a favor. ---

----Seguidamente agradeceu a toda a equipa de apoio para a concretização da Assembleia Municipal, a presença do público e de todos os Membros e despediu-se dando por terminados os trabalhos, às vinte e uma horas. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O segundo Secretário da Assembleia Municipal
